

## **VOTAÇÃO - 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021**

Requerimento nº 02/2021 de Urgência Especial ao Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 05, de 25 de fevereiro de 2021, que “Dispõe sobre a permissão de uso de bem imóvel da municipalidade à Frutipolpa Indústria e Comércio LTDA, CNPJ nº 02.048.374/0001-02, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 03/2021 de Urgência Especial ao Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 06, de 25 de fevereiro de 2021, que “Dispõe sobre permissão de uso de bem imóvel da municipalidade à Associação dos Produtores Rurais de Parapuã, CNPJ nº 53.311.585/0001-27, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 05, de 25 de fevereiro de 2021, que “Dispõe sobre a permissão de uso de bem imóvel da municipalidade à Frutipolpa Indústria e Comércio LTDA, CNPJ nº 02.048.374/0001-02, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 06, de 25 de fevereiro de 2021, que “Dispõe sobre permissão de uso de bem imóvel da municipalidade à Associação dos Produtores Rurais de Parapuã, CNPJ nº 53.311.585/0001-27, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 05/2021, de 24 de fevereiro de 2021, de iniciativa do Vereador Rick Anderson Marques, que seja solicitado ao Senhor Prefeito Municipal, que envie para esta Casa de Leis, informações sobre a Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 06/2021, de 24 de fevereiro de 2021, de iniciativa do Vereador Ten PM João Miguel da Silva, que seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão Ordinária do dia primeiro de março de 2021, um Voto de Apoio à Moção Nº 01/2021 da Câmara Municipal de Tupã, que faz um Protesto ao Governo do Estado de São Paulo, que através da Secretaria de Estado da Saúde, determinou o corte de recursos de 12% nos programas Pró-Santas Casas e Santas Casas Sustentáveis, aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 07/2021, de 24 de fevereiro de 2021, de iniciativa do Vereador Paulo Roberto Martins, que seja oficiado ao Senhor Gabriel Alves Pereira Junior, Ilustríssimo Diretor Presidente da Energisa, solicitando informações por qual motivo os municípios Parapuenses, não estão sendo previamente notificados do corte de energia em suas residências, aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 08/2021, de 24 de fevereiro de 2021, de iniciativa do Vereador Paulo Roberto Martins, que seja oficiado à empresa SABESP, solicitando informações de por qual motivo os municípios Parapuenses, não estão sendo previamente notificados do corte de água em suas residências, aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 09/2021, de 26 de fevereiro de 2021, de iniciativa dos Vereadores Paulo Roberto Martins e Ten PM João Miguel da Silva, que seja oficiado ao Comandante do Batalhão da Polícia Militar de Marília, Estado de São Paulo, requerendo informações e as gestões necessárias visando a possibilidade do aumento do efetivo de Policiais Militares que atuam na nossa cidade, aprovado por unanimidade.

Moção nº 04, de 09/02/2021, do Vereador Éder Castro Menezes, Moção de Aplauso ao Projeto Humanizar e Crescer, que presta um serviço relevante junto a população parapuense, principalmente às famílias mais carentes, através de seus idealizadores e voluntários, sendo importante para a melhor qualidade de vida das pessoas, aprovada por unanimidade.

Moção nº 05, de 11/02/2021, do Vereador Paulo Roberto Martins, em Aplauso e Reconhecimento a todos os Profissionais da Área da Saúde do Município de Osvaldo Cruz, neste momento de enfrentamento da Pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19), aprovada por unanimidade.

Moção nº 06, de 11/02/2021, do Vereador Paulo Roberto Martins, em Aplauso e Reconhecimento a todos os Profissionais da Área da Saúde do Município de Tupã, neste momento de enfrentamento à Pandemia do CORONAVIRUS (COVID-19), aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 03, de 08 de fevereiro de 2021, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à venda de lotes urbanos mediante procedimento licitatório, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade.